

BERNARDINA RICH (1872-1942): UMA MULHER NEGRA NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO EM MATO GROSSO

BERNARDINA RICH (1872-1942): A BLACK WOMAN IN THE COMBAT AGAINST RACISM IN MATO GROSSO

Ana Maria Marques¹

Endereço: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Rua Fernando Corrêa, s/n
Coxipó, Cuiabá, MT.
E-mail: anamariamarques.ufmt@gmail.com

Nailza da Costa Barbosa Gomes²

Endereço: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Rua Fernando Corrêa, s/n
Coxipó, Cuiabá, MT.
E-mail: nailzacbarbosa@gmail.com

Resumo: Este artigo objetiva apresentar os resultados de um estudo sobre a vida da cuiabana Bernardina Maria Elvira Rich, mulher, negra, professora, editora, membro-fundadora da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino. Alguns aspectos da biografia de Bernardina são focalizados aqui para discutir as sinuosidades do racismo nos tempos que sucederam a “abolição da escravatura” e a interseccionalidade de gênero.

Palavras-chave: Bernardina Rich; Racismo; Gênero.

Abstract: This article aims to present the results of a study on the life of cuiabana Bernardina Maria Elvira Rich, woman, black, teacher, publisher, founding member of the Federation of Mato Grosso by Female Progress. Some aspects of the biography of Bernardina are focused here to discuss the sinuosities of racism in the days that followed the "abolition of slavery" and the intersectionality of gender.

Keywords: Bernardina Rich; Racism; Gender.

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UFMT.

2 Doutoranda em História pela UFMT. Professora da rede estadual e municipal de ensino de Mato Grosso. Bolsista FAPEMAT.

Figura 1 - Bernardina Rich



Fonte: Revista *A Violeta*, nº 286, 1942.

Esta investigação teve como ponto de partida um fato ocorrido em Cuiabá: a realização de um concurso ao cargo de professora primária de uma escola feminina, entre os dias 30 e 31 de outubro de 1888. Entraram na disputa duas concorrentes: uma negra e outra branca. Vale ressaltar que esta vaga já estava sendo ocupada interinamente por esta última candidata. Apesar de ambas preencherem todos os requisitos para o cargo, alguns detalhes foram observados e analisados considerando uma apta e outra não – o que recai no que traduzimos por racismo. De acordo com Kabengele Munanga (2003) este conceito foi criado nos anos de 1920, embora sua origem possa derivar de tempos mais remotos.

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial.³

³ MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2017.

Percebemos certos aspectos que nos remetem ao que chamaremos de sinuosidades do racismo, partindo dos documentos entregues por ambas as candidatas à comissão responsável pelo concurso.

Primeiro ponto a ser observado: fazia parte do regulamento vigente do processo seletivo que cada concorrente apresentasse uma declaração assinada por uma pessoa de prestígio na sociedade, atestando sobre sua conduta moral.

A declaração da candidata branca foi expedida pelo presbítero da Igreja Paroquial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Joaquim de Sousa Caldas, igreja na qual ela e a família frequentavam. Redigido e datado de 05 de novembro de 1888, o documento declara: “Atesto que a Senhora Dona [...]”⁴ solteira, filha legítima do Senhor [...] e da Senhora Dona [...], é minha parochiana e até o presente se encontra honestamente em companhia de sua pobre mãe e por este me ser pedido o fasso em minha fé”. Para a candidata negra, coube ao delegado do Primeiro Distrito da Capital, o Sr. Manoel Lino da Silva, em 20 de outubro de 1888, atender tal solicitação, expressando-se nos seguintes termos: “Atesto que a conduta de Dona Bernardina Maria Elvira Rich tanto moral como civil, tem sido exemplar, o que afirmo sob juramento do cargo que exerço”⁵.

Percebemos que a procedência profissional de quem fornecera a declaração de moral e conduta foi bem distinta. Para uma o presbítero e para a outra o delegado. Ambos são homens que ocupavam posições de autoridade na sociedade, porém tinham funções bem distintas: um é representante espiritual/religioso e o outro é responsável pela segurança e ordem pública. Por que diferentes procedências para atestar idoneidade? Por que não aconteceu o contrário: a candidata branca pediria a declaração ao delegado e a candidata negra ao presbítero?

Para o atestado de saúde, a declaração da concorrente branca foi concedida pelo médico Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, no dia 06 de novembro de 1888, constava a seguinte informação: “Atesto que a Exm^a. Senhora D. [...] goza de boa saúde, não soffrendo moléstia alguma de natureza contagiosa”. No atestado de saúde da candidata negra, o médico Dr. Augusto Novis, no dia 20 de outubro de 1888, relatou: “Atesto que a Exm^a. S. D. Bernardina Maria Elvira Rich não sofre de moléstia alguma, é bem desenvolvida e foi vacinada”⁶.

A procedência das declarações, por si, já indicam parâmetros diferentes para atestar a saúde das candidatas, parecendo ser importante a segunda ser vacinada, enquanto a primeira apenas aparentar aspecto saudável. Configura-se uma distinção,

4 O nome da candidata branca foi suprimido para evitar exposição de alguém cuja memória possa ser reivindicada, e também por não ser ela o objeto deste estudo, mas, sim as subjetividades do racismo que perpassam este e outros processos à época.

5 MATO GROSSO. Processo para provimento da 3^a. Escola do Sexo Feminino da Freguesia da Sé em Cuiabá. Cuiabá, 1888. Lata D. Arquivo Público de Mato Grosso.

6 Idem.

em relação à Bernardina Rich, relativa a um pertencimento etnorracial. Por que a vacinação não teria sido fator relevante para a candidata branca?

Ao elegerem a miscigenação como um dos principais problemas que atrasavam o desenvolvimento do Brasil, foram também criadas as condições necessárias para a entrada definitiva dos médicos e sanitaristas no cenário político nacional, elaborando e coordenando as vacinações.⁷

Outro detalhe são as datas em que as declarações foram expedidas: da candidata negra, ambas datam do dia 20 de outubro de 1888, já da candidata branca a declaração de conduta moral é datada do dia 5 de novembro e a declaração médica é do dia 6 de novembro. Ou seja, a segunda candidata entregou esta documentação depois de ocorrido o concurso⁸. Também sobre o pagamento da inscrição: o comprovante de pagamento de Bernardina Rich data do dia 24 de outubro de 1888, antes do concurso; e o da concorrente, data do dia 5 de novembro do mesmo ano, depois do concurso ter ocorrido.

A ausência de atestado médico e de comprovante de pagamento antes do concurso leva a crer que para uma dessas exigências foram cobradas para a realização do concurso, para outra para efeito de contestação de resultado. O que nos faz concluir como Moura⁹: “[...] o racismo brasileiro na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”.

O certame

Foram marcados os dias 30 e 31 de outubro de 1888, às 12h, no edifício do Colégio Lyceu Cuiabano, para a realização das provas, que foram divididas em duas etapas¹⁰:

- primeiro dia - prova escrita, incluindo análise gramatical de um texto sorteado; Pedagogia: bondade feminina e paciência, método individual, método simultâneo; método misto, método mútuo; Educação física: meios diretos e indiretos; História: descobrimento do Brasil e as primeiras explorações, ataques no Rio de Janeiro pelos franceses, fim do reinado de Dom Pedro I, sua abdicação, descobrimento da Província de Mato Grosso, primeiros

7 SANTOS, Edmar Joaquim dos. A Educação física higienista em Mato Grosso (fase de implantação: 1910-1920). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 1999. p. 54.

8 O conhecimento de todas as normas do concurso não foi possível devido ao não acesso do seu regulamento completo.

9 MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994. p. 160.

10 As duas etapas foram transcritas do documento citado atualizando-se a grafia portuguesa atual.

povoadores;

- segundo dia: prova oral, envolvendo Aritmética: numeração decimal e construção dos números, quatro operações sobre números inteiros, frações, divisibilidade dos números; Desenho linear; Geografia: noções preliminares, divisão da terra, posição da Europa, países em que se dividem, pontos, linhas círculos da esfera e do universo em geral.

Integravam a comissão examinadora o padre José Augusto Duarte, Félix Benedicto de Miranda, a professora D. Antônia Augusta Gaudieley e o representante do Conselho Literário, o senhor Antônio Roberto de Vasconcellos sob a presidência do Diretor Geral da Instrução o desembargador Alfredo José Vieira.

No dia 23 de novembro de 1888, às 9h, reuniram-se esses membros para decidir acerca do resultado final do concurso, pois até aquele momento, ambas as candidatas estavam consideradas em igualdade de condições para o exercício do cargo ao qual aspiravam. Tal apreciação foi registrada nos seguintes termos:

[...] por parte do Conselho Litterário o concurso que teve logar nos dias 30 e 31 do mês próximo passado, para o provimento definitivo da 3ª escola primária do sexo feminino desta Capital. Venho satisfazer a obrigação que me impõe o art. 103 do Regulamento de 4 de Março de 1880. Apresentaram-se como oppositoras as alumnas mestras D. Bernardina Maria Elvira Rich e [...] que foram examinadas nas matérias constantes do art. 61, com excepção daquellas especificadas nos parágrafos 1º. e 5º. [...] A comissão examinadora a vista do resultado do julgamento das provas, deixou não só de fazer a classificação das concorrentes, por considerá-las em igualdade de condições, como também de dar o parecer de que falla o art. 102 – pelo motivo expresso na acta inclusa por cópia [...] Essas formalidades na minha opinião tornão-se imprescindíveis a comissão deve formular o seu parecer nos termos precisos desse artigo, afim de que o Conselho Litterário possa por sua vez resolver de conformidade com o art. 104. [...] acho que o Conselho, depois do parecer da dita comissão, poderá resolver como tiver por justo e acertado. (Cuiabá, 23 de novembro de 1888)¹¹

Dessa forma ficou acordado que cada um dos membros da banca examinadora faria um relatório constando seu parecer. Esse documento seria enviado ao Conselho Literário para que este tomasse a decisão final. No dia 06 de dezembro do mesmo ano, um dos membros do Conselho Literário, o senhor Eloy Hardeman, pediu a anulação do referido concurso, alegando: “[...] não tendo sido fielmente cumpridas as disposições

¹¹ MATO GROSSO. Processo para provimento da 3ª. Escola do Sexo Feminino da Freguesia da Sé em Cuiabá. Cuiabá, 1888. Lata D. Arquivo Público de Mato Grosso.

regulamentares, o que torna-se irregular. Sou de parecer que seja anulado o referido concurso”¹².

No mesmo dia, em sessão extraordinária, reuniram-se os membros do Conselho Literário, cuja maioria aprovou a revalidação do concurso, pois não haveria nenhuma justificativa plausível para a sua anulação, como consta nos escritos a seguir:

Sessão extraordinária - Aos seis dias do mês de Dezembro do anno de mil oitocentos e oitenta e oito, reuniu-se na secretaria da Instrucção Pública, [...] o conselho litterário, [...] para tratar do concurso havido nos dias 30 e 31 de Outubro passado entre as normalistas inscriptas, D. [...] e D. Bernardina Maria Elvira Rich [...] Os membros presentes com seus respectivos papéis, votaram pela approvação do dito concurso, afim de produzir seus effeitos legais. (Cuyabá, 1888)¹³

Considerando as provas arroladas que indicam que a candidata branca apresentou atestados e comprovante de pagamento após a realização do concurso, conseguindo deferimento de sua inscrição e direito de recurso, fica claro que houve um favorecimento e interesses terceiros em sua aprovação. O resultado final foi divulgado no dia 15 de fevereiro de 1889, concedendo à concorrente branca a vaga pleiteada no concurso.

Tenho a honra de restituir a V. Ex^a. Os papeis a este juntas (Sic), relativos ao concurso para o provimento effetivo da 3^a escola do sexo feminino desta Capital, e as quaes o antecessor de V. Ex^a. Se designou de desenvolver a esta Directoria, com o officio de 3 de dezembro do anno passado, para se lhes juntar a carta de alumna mestra da concorrente D. [...], afim de ter o assumpto final decisão. (Diretoria Geral da Instrucção Pública, Cuyabá, 15 de fevereiro de 1889)¹⁴

Outro ponto que vale destacar neste caso, é que nada impossibilitou Bernardina Rich de pleitear a vaga, visto que, igualmente a sua concorrente, possuía todas as condições necessárias para tal. No entanto, testada a sua capacidade intelectual, concluiu-se que causara certa “estranheza” ver uma pessoa “de cor” e ainda muito jovem, com um preparo além das expectativas, especialmente dado o período em questão e o acesso à escolaridade restrito às mulheres de estratos mais altos da sociedade.

12 Idem.

13 Idem.

14 Idem.

[...] Onde os direitos e os deveres sociais se objetivassem em conexão com a condição racial das pessoas, estas não só deveriam ‘conhecer o seu lugar’; mas, ainda, saber mostrar-se à altura dele, agindo e vivendo de acordo com as conveniências, as obrigações ou as imposições dele decorrentes [...] A cor servia como ferrete, que identificava o ‘preto’ e, atrás dele, aquela parte da ‘gentinha’ procedente do eito e da senzala – ou seja, da subordinação infamante e sem limites do estado servil¹⁵.

O sistema classificatório do fenótipo bloqueou socialmente as oportunidades de igualdade da população não branca. Essa estratégia conseguiu atingir a imobilidade social especialmente da população negra. Segundo Clóvis Moura: “A subordinação desses códigos de valores racistas está presente psicologicamente nas camadas subalternizadas que produz uma interiorização de valores impostos pela elite branca dominadora”¹⁶.

Essas ações indiretas, que ainda nos dias atuais são praticadas, vetaram a negros e negras a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, ou delegaram aos mesmos um lugar subalterno, de tal forma que poucos conseguiram criar mecanismos de defesa contra a situação. Afinal, pode-se supor que, na escola “moderna” daquele momento, não haveria lugar para aqueles que:

[...] com sua ‘cor’ e seu fenótipo, afrontavam todos os planos de elitizar o magistério e toda a suposta cientificidade das teorias racistas. Não havia lugar para elas como professoras, talvez como alunas. [...] Sua presença como professoras punha por terra as concepções da ‘inferioridade’ intelectual e moral do negro¹⁷.

De acordo com a teoria do branqueamento, seria praticamente impossível que pessoas negras conseguissem transpor as barreiras impostas pelas representações de que somente pessoas brancas teriam condições para transmitir conhecimentos através do ato de educar. Contudo, o simples fato da jovem senhorita negra Bernardina Rich, naqueles tempos, ter concluído o curso de normalista, formando-se, inclusive, no Colégio Lyceu Cuiabano, certamente se configurou num caso que fugiu à normativa da época.

15 FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da “Raça Branca”*. São Paulo: Ática, 1978. v. I. p. 279-280.

16 MOURA. *Op. cit.* p. 155.

17 MÜLLER, Lúcia. *Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento*. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). *Relações Raciais e Educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 104.

A carreira profissional

Apesar do resultado do concurso para professora primária não ter sido favorável à Bernardina Rich, ela não abandonou a docência. Em 11 de junho de 1890 atendendo a seu pedido por meio de requerimento, o governador nomeia-a como professora interina da 2ª Cadeira primária desta capital, através do Ato nº. 223 publicado na Gazeta Oficial em 14 de junho de 1890 (APMT). Mas, em 5 de novembro do mesmo ano foi assinado pelo governador do Estado sua efetivação na 2ª. Cadeira do sexo masculino de Cuiabá através do Ato de nº. 421, publicado em 8 de novembro de 1890 na Gazeta Oficial (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso)¹⁸.

A partir de então, passou a lecionar na capital. Mas, segundo o Relatório da Instrução Pública de 9 de outubro de 1899, o Governo determinou que a professora fosse removida, da Escola Elementar do sexo masculino da capital, para a Escola Elementar do sexo feminino da Vila de Nioac¹⁹, na época interior de Mato Grosso. Qual teria sido o motivo da determinação do governo pela sua remoção para o interior do estado? Com este ato encontramos mais uma das facetas do racismo?

A estigmatização da população negra se apresenta através de uma gama de preconceitos oriundos do fato de se tê-la associado a ocupações que passaram a ser definidas, na maioria das vezes, pela cor da pele, ou também por condutas não condizentes às de “boa moça”. Bernardina se recusou a acatar a decisão pela remoção e permaneceu na cidade de Cuiabá. Há registro²⁰ que em 1913, existia um colégio particular, chamado *8 de Dezembro*, dirigido pela professora Bernardina Rich, contando com 112 alunos matriculados e 108 alunos frequentes, na data de 15 de março de 1913. Os documentos encontrados com referência a esse estabelecimento de ensino e sua diretora têm como marco cronológico final o ano de 1920. A partir de 1921, seu nome aparece exercendo essa mesma função, nos registros referentes à outra escola, a Quarta Escola Isolada do sexo masculino²¹.

Nossa pesadíssima consocia D. Bernardina Rich. Não cabe nos limites dessas linhas dizer quem é a atual vice-presidente do Grêmio Julia Lopes, pois, os seus méritos, todos pessoasas vão além do que poderia dizer a penna da noticiarista. Desde a sua mocidade dedicou-se ao magistério

18 Foi aberto novo concurso para a vaga e somente Bernardina Rich se inscreveu, então considerando como única candidata à vaga e por ter sido aprovada em concurso anterior realizado há dois anos antes, o governador seguindo o Regulamento de março de 1890 resolve nomeá-la professora efetiva.

19 Vila de Nioac - atualmente Município de Nioaque localizado no Mato Grosso do Sul a cerca de 800 km de distância de Cuiabá. Na época era território de Mato Grosso.

20 Conforme o Relatório da Instrução Pública de 1913 - Do Ensino Particular em Cuiabá. (APMT).

21 De acordo com Relatório da Instrução Pública de março de 1921 - Quadro demonstrativo das escolas e seus respectivos professores. Arquivo Público de Mato Grosso.

primário, do qual é nesta cidade, uma das fulgurantes estrelas. Dizem-nos do elevado conceito do extinto Collegio 8 de Dezembro e a Quarta Escola Isolada do Sexo Masculino que agora vem dirigindo com proficiência e desvelo²².

Com participação atuante na carreira docente, muitos dos seus feitos ficaram registrados na revista *A Violeta*²³, cuja iniciativa partiu de um grupo de normalistas, dentre elas Bernardina Rich, cujo nome é citado entre as mais resistentes e dedicadas.

Se a força das circunstâncias obrigou algumas a deixar a lucta, não houve menos boa vontade e força de capacidade de outras como D. Bernardina Rich, Maria Izabel, Sylvia Pompeu, Altair Cardoso, Dinah Ponce, Anna Luiza etc., para continuar a obra com bastante dedicação²⁴.

Esse foi o início de Bernardina como jornalista, tendo feito parte, por treze anos da equipe de redação e edição da referida revista, embora haja pouca notícia dos artigos escritos por ela, pois nem sempre assinava, com nome ou pseudônimo o que escrevia e, também por se ocupar dos serviços da tesouraria.

O primeiro cargo que ocupou na agremiação foi o de tesoureira, eleita com unanimidade de votos pelo *Grêmio Literário Júlia Lopes*, segundo o discurso proferido por Maria Dimpina Lobo Duarte, outra fundadora do Grêmio:

Tendes, felizmente, no sentido a que me alludo, na economia material do Grêmio, o braço mais forte, talvez, que poderíamos encontrar na nossa sociedade, refiro-me a vossa thesoureira D. Bernardina Rich. Nobre Thesoureira! Sei que penoso é o trabalho com que tendes de luctar. Dóra avante sois a principal base da sociedade, porque o dinheiro é o único motor e o único factor, dessa machina que se chama progresso. Indiquei vosso nome às minhas consocias, que aprovaram na sua totalidade, como bem ficou provado na eleição para o cargo que ides assumir. Essa confiança Sra. vem do grande tirocínio que tendes da vida social, já bem comprovado pela direcção do vosso lar e da vossa escola, que há dezenas de annos tem occupado lugar brilhante nesta cidade²⁵.

De acordo com o estatuto do *Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida*, todos os membros da diretoria tinham um papel importante a ser cumprido. Havia os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretária (duas), Tesoureira e Diretora de Biblioteca. Nos

22 A VIOLETA, n. 79, 1921, p. 7. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

23 A Violeta foi o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil e o principal veículo de divulgação das causas femininas e feministas das mato-grossenses durante a primeira metade do século XX. Além disso, configurou-se como um dos periódicos mais profícuos e relevantes produzidos em Mato Grosso, até a sua extinção, em 1950 aproximadamente, após 34 anos em circulação.

24 A Violeta, n. 162, 1928, p. 3. Arquivo Público de Mato Grosso.

25 A Violeta, n. 37, 1918, p. 6. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

dois primeiros anos de criação do Grêmio e de circulação da revista *A Violeta*, a professora Bernardina Rich foi sua Tesoureira, sendo suas atribuições:

1. Ter sob a sua guarda os fundos sociaes, escriturando com clareza o Livro Caixa e qualquer outro exigido pelo serviço a seu cargo; 2. Fazer ou mandar fazer por pessoa de confiança e sob sua responsabilidade, nos primeiros dias do mês, a cobrança das contribuições das sócias e demais quantias devidas ao Grêmio; 3. Satisfazer todos os pagamentos autorizados pela Presidente; 4. Apresentar no 8º dia útil do mês o balanço do mês anterior para ser publicado²⁶.

No ano de 1920, o *Grêmio Literário Júlia Lopes* realizou eleição para compor a nova diretoria, que passou a ser assumida pelas seguintes sócias:

Presidente: D. Henriqueta Esteves; Vice-Presidente: D. Bernardina Rich; 1ª. Secretária: Stª. Maria Dimpina Lobo; 2ª. Secretária: Stª. Hermínia Torquato; Thesoureira: D. Zulmira Canavarros; Directora da Bibliotheca: Stª Vicentina Epaminondas²⁷.

As redatoras da revista também se preocupavam com as obras assistenciais.

A caridade é a mais bella, a mais nobre e a mais divina das virtudes! [...] Lancemos o nosso piedoso olhar aos lazarentos, infelizes seres, dignos de toda caridade, quer material, quer moral; não devemos regatear sacrifícios em favor dessas miseraveis criaturas privadas de todo o bem da terra, desprezadas do mundo e de todos. Sejamos para com elles benevolentes e caridosos²⁸.

Sempre soltavam notas na revista, bem como em jornais da época, lembrando as pessoas da fundamental participação de todos no combate à pobreza e na solidariedade aos doentes e mais necessitados, pelo que se teciam frequentes respostas: “[...] a grande kermesse promovida nesta capital em benefício da Santa Casa de Misericórdia, realizada a 8 do corrente, foi a mais clara manifestação dos elevados sentimentos do povo cuiabano”²⁹.

No ano de 1932, resolveram criar uma Liga Feminina, organizada por mulheres que se dedicassem com maior exclusividade aos doentes. Com a finalidade de auxiliar a Santa Casa de Misericórdia, na obra de manutenção do Hospital São João dos Lázaros, a Liga se reunia e traçava metas para a angariação de recursos.

26 *A Violeta*, n. 33, 1918, p. 8. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

27 *A Violeta*, n. 70, 1920, p. 10. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

28 *A Violeta*, n. 01, 1916, p. 4. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

29 *A Violeta*, n. 66, 1920, p. 9. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

A Liga engajou-se ao programa da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, uma entidade organizada nacionalmente para unir à prática assistencialista que até então se desempenhava junto aos portadores da doença um esclarecimento profilático, numa tentativa de erradicar definitivamente o mal. [...] Promoveu campanhas beneficentes para buscar o êxito de seu objetivo.³⁰

Em 08 de março de 1937, o Governo Federal, pelo Decreto n. 1.473, considerou-a uma entidade de utilidade pública. Desse modo, não era incomum que se solicitasse ajuda financeira à sociedade cuiabana, para que as senhoras pudessem dar continuidade às suas obras de caridade.

De grande elevação social e caritativa é a Liga Pró Lázaros, que se organizou no dia 27 do passado com a constituição de sua diretoria. Os migrados recursos da Santa Casa de Misericórdia tornaram-se insuficientes para o custeio do Hospital São João dos Lázaros onde se abrigam os vivos-mortos que até paulatinamente vêm fugir-lhes a vida. O espírito caridoso do povo cuiabano, paga com a organização da Liga um tributo de piedade, que já muito tardava, pois estamos certos de que secundando os esforços das iniciadoras dessa obra benemérita, cada cuiabano vá depositar, mensalmente no cofre da Liga, uma parcela pequena seqüestrada da soma gasta com o luxo e futilidade, para conforto e alívio dos que a sorte condenou ao isolamento. A diretoria, que abaixo publicamos composta de destacado elemento social, reúne *qualidades* capazes de conduzir a Liga as suas verdadeiras finalidades. Diretora Geral: D. Bernardina Rich; Presidente: D. Maria de Arruda Müller; Vice-Presidente: D. Lurdes Coelho Mendes; Thesoureira: D. Maria Dimpina Lobo Duarte; 1^a Secretária: D. Amélia Lobo Alves; 2^a. Secretária: D. Azélia Mamoré de Mello; Comissão Fiscal: D. Generosa Cavalcanti de Mattos; D. Anna de Mesquita; D. Antônia Duarte Lago; D. Maria Luiza Hugueney de Siqueira; D. Beatriz Castro; D. Laura Massa Martins.³¹

A Liga Feminina “Pró Lázaros” também se preocupava com as famílias dos doentes, tomando para si a incumbência de oferecer-lhes apoio.

Referimo-nos a família do leproso. Hoje é o pai de família que recebe a triste notícia de que deve afastar-se do lar - é morfético! O grito dolorido de sua alma aflita pela sorte de sua família. A sociedade responde com a promessa de pequena, mas certa, pensão que não é tudo o que ele precisa,

30 NADAF, Yasmin Jamil. A Prática sociocultural associativa da mulher em Mato Grosso (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX). In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Org.). Mulheres e Famílias no Brasil. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005. p. 265-266.

31 O MATO GROSSO, n.2283, 1932, p. 3. Arquivo Público de Mato Grosso.

mas um auxílio consolador ao menos. [...] Essa incumbência tomam aos seus cuidados as beneméritas senhoras da Sociedade de Assistência aos Lázaros.³²

Essas mulheres cuiabanas engajadas nessas associações mantinham contato com outras, sobretudo da então capital federal (Rio de Janeiro) e há alguns anos vinham ganhando destaque na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de modo que, ocorrendo alguma novidade em âmbito nacional, isso se tornava notícia nas páginas de *A Violeta*. Em 1934 ocorreu, em Cuiabá, a solenidade oficial de criação da Federação Mattogrossense pelo Progresso Feminino, contando com a presença da senhorita Nidia Moura, representando neste ato a pessoa de Bertha Lutz, diretora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, do representante do Interventor Federal, da senhora Maria Dimpina e do professor Philogonio de Paula Corrêa, todos componentes da mesa nesta solenidade.

Inaugurou-se nesta capital a filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sociedade que há doze annos vêm trabalhando, com reaes proveitos na Capital da República e em outras capitães e cidades brasileiras, para promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; proteger as mães; auxiliar as boas iniciativas da mulher, estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres interessando-as pelas questões sociaes; prepara-la para o exercício inteligente dos deveres políticos; estreitar os laços de amizade com os demais paízes americanos.³³

No mesmo dia, foram cogitados os nomes de dezesseis senhoras que deveriam compor a Comissão Fundadora da Federação em Mato Grosso, e, em reunião, escolheu-se o de Bernardina Rich para Presidente da Federação Mattogrossense pelo Progresso Feminino, no ano de 1934, tendo sido ela a primeira a ocupar o cargo no Estado. A Comissão ficou assim constituída:

Presidente: Bernardina Rich; 1^a. Vice-Presidente: Adelina Ponce de Arruda; 2^a. Vice-Presidente: Maria Dimpina Lobo Duarte; 3^a. Vice-Presidente: Maria de Arruda Müller; 1^a. Secretária: Célia Nunes de Barros; 2^a. Secretária: Elza Bodsttein; Secretária de Sócias: Maria Alzira Alderett; Thesoureira: Maria Mansur Bumlai.³⁴

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino deixava explícitas as ações a

32 *A Violeta*, n. 279, 1941, p. 9. Núcleo de Documentação, História e Informação Regional. UFMT.

33 *A Violeta*, n. 217, 1934, p. 1. Núcleo de Documentação, História e Informação Regional. UFMT.

34 *A Violeta*, n. 219, 1934, p. 7. Arquivo Público de Mato Grosso.

serem praticadas pela “boa sócia”:

1º. Observar os estatutos da Federação; 2º. Trabalhar para o seu desenvolvimento; 3º. Participar das suas iniciativas; 4º. Comparecer as suas reuniões; 5º. Sugerir idéias à Diretoria; 6º. Apresentar cinco sócias por anno; 7º. Não fazer voltar o cobrador; 8º. Dedicar-se à causa feminista; 9º. Acreditar nos triumphos dos seus ideais; 10º. Trabalhar para o aperfeiçoamento moral, intellectual, social e cívico da mulher.³⁵

Como Presidente, Bernardina Rich representava o interesse das mulheres de Cuiabá junto à Federação Nacional. No entanto, antes de ocupar o cargo já recebia cartas vindas do interior do Estado, sugerindo que as mulheres da capital lutassem também pelas mulheres das vilas e cidades interioranas.

D. Bernardina, como me faltam recursos intellectuais para escrever algo sobre esta região espero que a senhora e as D. Maria Müller e D. Maria Dimpina propugnem pelo progresso desta Villa, ajudando-me a levantá-la desta decadência, pondo-a na altura que merece. Por isso venho, não com phrases impregnadas de perfumes longe de poesia e de lirismo literário, pedir agasalho na página da ‘A Violeta’ para esta causa de geral interesse. Esta Villa é situada à margem esquerda do rio Araguaia, fronteira com Goyas, tendo a margem direita, já em franco progresso [...] Está visto que o registro do Araguaia tem proporção de melhoramentos, no entanto, os homens do Estado esquecem por completo esta zona de uma riqueza fabulosa [...] Eu aguardo o auxílio do Sr. Interventor que revestido de justiça e patriotismo não permitirá que os araguaianos fiquem por mais tempo abandonados, vivendo em sobressaltos [...] Ainda mais uma vez venho pedir uma verba para a construção da ponte do rio Barreiras. Aqui fica o meu apello, esperando ser tomado na devida consideração. Antídia Coutinho.³⁶

Também ocupou a cadeira de Diretora da Imaculada Conceição, onde se pôs à frente das obras assistenciais e desenvolveu muitos trabalhos filantrópicos.

Consta no Recenseamento de 1890 que Bernardina Rich, na ocasião com 18 anos, morou na Travessa Voluntários da Pátria, n. 79, centro da cidade de Cuiabá, em uma casa grande, que era compartilhada por dezenove pessoas, dentre as quais, o irmão, Joaquim Rich, com 19 anos; todos os demais, cujos sobrenomes eram diferentes, pertenciam a outras famílias. Isa Cambará cita em seu livro os dados do censo e acrescenta que na casa “todos eram negros ou pardos. Entre eles, muitos da família Jarcem e as três crianças menores da família Cambará: Saturnino, Galdino e

35 A Violeta, n. 229, 1936, p.11. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

36 A Violeta, n. 209, 1933, p. 5. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

Petronilha”³⁷.

A autora cogita que, embora não fora até hoje possível recuperar os registros de nascimento de Bernardina e seu irmão, é possível aventar que a mãe era negra e o pai Rich de origem austríaca ou suíça, pois existem registros de pessoas dessas nacionalidades na cidade à época, e teria ele deixado boa herança para os filhos – o que os permitiu ter um padrão acima do que normalmente tinha a população negra. A “Casa Grande”, como chamava o referido endereço, serviu de educandário, casa de passagem e promoção, pois ali se ensinavam as letras, as lides domésticas e a música. A professora tocava vários instrumentos como piano, violão e violino. Isa conta³⁸ que seu tio-avô Saturnino, pela iniciação de Bernardina, tornou-se mestre e compositor de músicas quando fora seguir carreira no Exército, no Rio de Janeiro.

Bernardina Rich nunca se casou, mas segundo uma nota da Revista³⁹, foi pedido, em homenagem de um ano do seu falecimento, a celebração de duas missas, uma pelas sócias do Grêmio Julia Lopes que foi realizada no Santuário de Maria Auxiliadora e, outra por sua filha adotiva Etelvina Rodrigues na capela do Cemitério da Piedade.

Mesmo desacompanhada, apresentava-se às cerimônias de casamento como madrinha, ao contrário dos demais padrinhos, todos acompanhados por seus respectivos pares:

Civil e religiosamente, uniram-se no dia 8 do corrente pelos laços matrimoniais, a prendada e graciosa Senhorita Maria Amália da Costa Gama e o Sr. Godofredo Albuquerque. Ambos os atos foram celebrados na residência dos paes do noivo, tendo servido de paraninphos na cerimônia civil por parte da noiva o Sr. Dr. Caetano M. De Faria Albuquerque e sua Excelentíssima Esposa [...] e no religioso, [...] Dr. Otilio da Gama e Excelentíssima Esposa e D. Bernardina Rich. Ao jovem par desejamos um mundo de felicidades.⁴⁰

Foi também madrinha de casamento de Maria Ponce de Arruda e Júlio Müller, então futuro governador do estado de Mato Grosso e Interventor Federal.

Realizou-se a 26 do mez próximo findo, o enlace matrimonial do prof. Júlio Müller Filho com a Exma professora Maria Ponce de Arruda. A acto civil teve logar a residência dos pais da noiva testemunharam por parte da noiva o senhor Cel. Júlio Müller e sua esposa D. Rita Correa Müller, a professora Bernardina Rich e D. Maria Augusta Arruda de Barros, por parte do noivo o Senhor Cel. Pedro de Arruda e sua esposa D. Adelina Ponce de Arruda. Paraninfaram o acto religioso que se effetuou na igreja

37 CAMBARÁ, Isa. *Cambará: memórias de presente*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2009. p. 8.

38 *Ibidem*, p. 10.

39 A Violeta, n. 298, 1943, p. 19. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

40 A Violeta, n. 18, 1917, p. 11. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

do Senhor dos Passos. Por parte da noiva Dr. Estevam Alves Correa e D. Mariana Ponce e por parte do noivo o Sr. Jerônimo Gomes e D. Bernardina Rich.⁴¹

Igualmente, sempre participava das festas promovidas pelo Clube Feminino, espaço criado em 1928 e dirigido por mulheres, voltado ao desenvolvimento de atividades recreativas e culturais, oportunizando a integração de mulheres à vida pública, pois especialmente as da elite ficavam confinadas nos lares.

Certa vez, questionada sobre o progresso de Cuiabá, relatou com otimismo:

Com a simplicidade e franqueza que me conheceis vou expor o meu modo de pensar a respeito. Se é verdade que em muitas coisas temos retrogrado, não é menos verdade que em outras temos progredido e procedendo-se a um escrupuloso balanço teremos a conclusão de que o progresso, apesar de vagaroso, tem se feito em diversos pontos, sobressaindo entre estes, soberanamente a instrução. Com effeito, há muitos poucos annos, a nossa instrução estava muito aquém da que temos hoje, e sendo a instrução um dos mais sólidos alicerces sobre que repousa o progresso de um povo, nesse ponto já temos progredido muito. Mas, a instrução deve estar sempre alliada à educação, bem o sabeis e sobre isto, resta-nos muito ainda por fazer. [...] Já tivemos melhoramentos como a rede telephonica. Em andamento temos a empresa de electricidade “Luz e Força”, o ajardinamento das praças Moreira Cabral e Luiz de Albuquerque, a construção da sunptuosa Igreja de São Gonçalo, e tantas outras obras que ahi estão tornando patentes o nosso progresso. A vista do exposto eu vos direi com o coração nas mãos – Há probabilidade de Cuyabá progredir e como o futuro da pátria está na mocidade, façamos um apello à mulher brasileira, porque somente della depende a formação do coração e da intelligência da nossa juventude. [...] Termino pedindo-vos desculpa pela rude franqueza e desatavio de linguagem de toda vossa. Bernardina Rich.⁴²

A importância atribuída ao fenótipo

Após uma análise baseada nos dados do recenseamento, do ano de 1890, início da República, referente aos professores da Freguesia da Sé em Cuiabá-MT e suas origens raciais. O levantamento indicou que a maioria dos docentes era da “raça” branca e que apenas um deles pertencia à “raça preta” e que os demais eram “pardos”⁴³.

Torna-se fundamental analisar a relação entre classe social e divisão racial,

41 A Violeta, n. 48, 1919, p. 8. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

42 A Violeta, n. 41, 1918, p. 4-6. Arquivo Público de Mato Grosso.

43 Ver: GOMES, Nailza da Costa Barbosa. SÁ, Nicanor. DUTRA, Paulo Sérgio. Professores negros e não negros segundo Recenseamento de 1890 em Cuiabá-MT. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=794 Acesso em 15 de maio de 2017.

observando que elas se mesclam e se cruzam. Os processos de classificação constituíram hierarquias e escalas de valores entre as chamadas raças. As características eleitas eram entendidas a partir de uma relação intrínseca entre biológico e cultural – obedecendo a um padrão estabelecido. O que se traduz, costumeiramente, em formas de dominação e sujeição, como reverbera Munanga⁴⁴.

O quesito cor ou raça foi instituído no recenseamento brasileiro realizado em 1872, no qual a população foi subdividida em livre e escrava. Já no levantamento demográfico executado em 1890, introduzem-se as classificações branca, parda e preta. Nos recenseamentos seguintes, aparecem várias denominações referentes à cor: moreno, mulato, caboclo, amarelo, entre outras. Mesmo com as várias denominações que reverberam o fato da mestiçagem, as dificuldades em lidar com a complexidade das relações que se estabelecem entre raça, classe e cor estão sempre presentes.

Na listagem dos nomes que integravam o corpo docente das escolas do centro da capital, Bernardina Rich aparece no recenseamento como sendo de cor “parda”, foram encontradas algumas fotografias suas evidenciando-a como uma pessoa fenotipicamente negra (cabelos, nariz, lábios e pele). Isto posto, partiu-se em busca da justificativa de se tê-la classificada como parda. Por que não a consideraram como uma pessoa de cor preta? É possível inferir que contam a posição social, o fato de ser professora, e sua ascendência paterna branca.

Deve-se levar em conta também que a atribuição de valores negativos a detalhes do corpo dos negros, à imagem do selvagem, inadequado aos padrões de beleza preestabelecidos pelos não negros, induz à formação de uma baixa autoestima, responsável pela disseminação da ideologia do branqueamento em todo o país.

Ao que parece, os grupos não-brancos, a não ser aqueles que não podem fugir a sua própria qualificação (como o negro chamado retinto, ou índio tribalizado) fogem muitas vezes da sua realidade étnica para uma realidade cromática simbólica, quase sempre superior à sua, de acordo com a escala de valores do dominador. E a sua identidade étnica começa a desaparecer [...] um dos recursos usados é a fuga do agente discriminado, a fim de aproximar-se, o mais possível dos membros do idealtipo escolhido como superior.⁴⁵

Uma verificação disso foi o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE, em 1980, na qual o próprio entrevistado determinava a sua “cor”, tendo aparecido cerca de cento e trinta e seis “cores” diferentes. Isso significa que o segmento não branco, através de um processo alienador, algumas vezes quer fugir do seu ser, da sua concretude étnica. Significa, ainda, que o processo de miscigenação

44 MUNANGA. Op. Cit. p. 5.

45 MOURA. Op. Cit., p. 156.

não democratizou a sociedade, nem a conduziu à aceitação dos padrões não brancos. É possível verificar entre os brasileiros a tendência tanto de recorrerem a elementos simbólicos, por meio dos quais foge de sua caracterização racial, quanto se nomeiam segundo os atributos que mais se aproximam do modelo branco, conforme assim lhes permita sua realidade fenotípica e socioeconômica.

A noção de *cor* herdada do período colonial não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas.⁴⁶

A mesma autora, conclui que a *cor* denotava um lugar, de sorte que o cativo, que de alguma maneira conseguia sua alforria, mudava de *cor*: “[...] ao adquirir o status de homem livre, passava a ser registrado como pardo”. No caso desta pesquisa, a denominação pardos, atribuída aos professores, talvez se justifique em parte pelo fato de a profissão exigir de seus membros certo grau de escolaridade, de modo que suas famílias tivessem o mínimo de condições econômicas para custear seus estudos.

Outra possibilidade é que se tratasse de pessoas que haviam recebido algum tipo de apadrinhamento. Segundo Lilia Schwarcz: “Inexistem no país regras fixas ou moldes de descendência biológica aceitos de forma consensual. Estabelecer uma ‘linha de cor’ no Brasil é ato temerário, já que essa é capaz de variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e mesmo a situação”⁴⁷.

Desde o início do século XX, a *cor* da pobreza no Brasil é majoritariamente representada pela dupla negra e mulata. As desigualdades sociais, que deveriam ser explicadas a partir de um ponto de vista econômico, são justificadas como sendo decorrentes da inferioridade racial dessa população. A partir dos traços físicos, os negros são frequentemente percebidos como sendo capazes de realizar apenas atividades que demandam força e brutalidade, enquanto às negras são objetos de desejos e serviços. É necessário considerar as intersecções entre raça e gênero. Tomando apenas o aspecto racial, acaba-se por invisibilizar as mulheres negras, pois existe sempre uma hierarquia. Concordamos com Maria Lugones⁴⁸:

En la intersección entre ‘mujer’ y ‘negro’ hay una ausencia donde debería estar la mujer negra precisamente porque ni ‘mujer’ ni ‘negro’ la incluyen. La intersección nos muestra un vacío. Por eso, una vez que la interseccionalidad nos muestra lo que se pierde, nos queda por delante la tarea de reconceptualizar la lógica de la intersección para, de ese modo,

46 MATTOS, Hebe Maria. As cores do silêncio; os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 98.

47 SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 182.

48 LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter et al. Género y descolonialidad. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 21.

evitar la separabilidad de las categorías dadas y el pensamiento categorial. Solo al percibir género y raza como entretamados o fusionados indisolublemente, podemos realmente ver a las mujeres de color. Esto implica que el término ‘mujer’ en si, sin especificación de la fusión no tiene sentido o tiene un sentido racista, ya que la lógica categorial históricamente ha seleccionado solamente el grupo dominante, las mujeres burguesas blancas heterosexuales y por lo tanto ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica⁴⁹

As reflexões acerca da inserção de brancos e negros como força de trabalho levam-nos a evidenciar que raça seria um critério fundamental a ser relevado no estudo da divisão social do trabalho. No caso da atividade docente, cuja função ficava a cargo dos formadores de opinião e mobilizadores da sociedade, isso lhes garantia uma renda modesta, porém constante. Com a presença dos negros no magistério, caíam por terra a concepção acerca de sua suposta inferioridade intelectual e moral, mas ainda na hierarquia das relações, as professoras negras continuavam duplamente inferiorizadas por sua condição racial e pela parca valorização salarial.

Por conta desses fatores, a cor poderia ser clareada ou omitida. Obviamente tal fuga simbólica, produzida ao longo do tempo, não consiste de um movimento individual, mas é fundamentalmente o produto de uma construção discursiva sobre o corpo que, por vezes, levam negros e negras a repudiarem sua própria cor.

Segundo Maria Fonseca: “A cor torna-se distintivo da inferioridade reiterada pelos índices corporais e ideológicos que se tornam signo não erradicável da diferença tida como negativa”⁵⁰. Dessa forma, torna-se compreensível a ocultação da cor dos professores no recenseamento analisado, afinal, para que um grupo étnico possa expressar suas especificidades culturais com representações positivas de si, torna-se necessário haver um espaço que lhes permita atuarem livres das representações sociais que os estigmatizam.

No período pós-abolição, postulava-se que com o crescimento do capitalismo, a *raça* seria automaticamente eliminada como categoria classificatória, uma vez que, ao se tornarem trabalhadores, os negros passariam a ser considerados pela sua posição no processo produtivo e não mais pela sua condição racial. No entanto, o que se observou a ainda se observa é o fato de a cor continuar sendo fator de preconceito e discriminação racial.

49 “Na interseção entre ‘mulher’ e ‘negro’ existe uma ausência onde deveria estar a mulher negra porque, precisamente, nem ‘mulher’ nem ‘negro’ a incluem. A interseção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, nos deixa a tarefa de reconceitualizar a lógica da interseção para, desse modo, evitar a separação das categorias dadas e a noção categorial. Só ao perceber género e raça como entremeados ou fusionados indissociavelmente, podemos ver realmente as mulheres de cor. Isso implica que o termo ‘mulher’ em si, sem especificação da fusão, não tem sentido, ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente selecionou somente o grupo dominante, as mulheres burguesas brancas heterossexuais, e portanto escondeu a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade do género implica”. (Tradução nossa).

50 FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens do negro na cultura brasileira. In: AUTORIA. Brasil Afro-Brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 103-104.

As homenagens

A professora Bernardina Rich recebeu muitas homenagens, mensagens, poemas, acrósticos principalmente por ocasião de seu aniversário. É interessante analisarmos algumas delas e observarmos que mesmo sendo homenagens trazem consigo mais uma manifestação sinuosa do racismo.

ACRÓSTICO

B – ella é a data de 10 de Março, que vem acordar em minh'alma os cânticos de festas, cheias de modulações de harpas, de sonhos alegres.

E – neste lindo mez, cheio de poemas, sinto-me arrebatada, inebriada de contentamento por ver comemorar mais um ano de existência a preciosa Directora d' "A Violeta".

R – egosija-se minha alma tecendo uma coroa de louros para cingir a *fronte luminosa* da inclifa anniversariante.

N – o meu coração há cânticos harmoniosos para a apoteose deslumbrante que a minh'alma num arroubo de amor *offerece a sua alma branca, cheia de bondade e carinho*.

A – qui, neste exílio perpetuo, eu sinto meu coração alvoroçado de ventura neste dia solenne.

R – ender venho a minha humillima homenagem em transporte de vívida alegria a data festiva do vosso aniversário.

D – e longe, continuarei firme rompendo os obstáculos que me antepõem, animada pela sede de conquista literária.

I – risada de fulgores faço votos, querida Directora, que continueis a perfumar a literatura do vosso amado torrão com o perfume de vossa inteligência privilegiada.

N – um arrebatamento de saudades, longe de vós, beijo-vos, espiritualmente a mão, cobrindo-vos com as flores mais raras do meu coração saudoso, perladas de lágrimas!

A – vós saudosa amiga envio nestas singelas linhas o meu grande abraço fazendo sinceros votos que esta data se centuple por muitos annos para a alegria de todos que tem a dita de vos conhecer. Salve D. Bernardina!⁵¹

D. BERNARDINA RICH

51 A Violeta, n. 215/216, 1934, p. 8. Grifos nossos. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

Há pessoas que parecem haver nascido privilegiadas para as nobres missões sociaes e D. Bernardina está visivelmente neste caso. A sua acção enérgica, intteligente, proveitosa e útil se faz desde a sua mocidade prematuramente, no exercício do magistério primário. Com o decorrer dos annos reconhecidos os dotes peregrinos do seu coração e sua aptidão e energia, *tem sido D. Bernardina o ponto luminoso donde se irradiam as luzes que iluminam fartamente aqui, ali, acolá.*⁵²

ASPIRAÇÃO

À minha grande amiga

Bernardina Rich

Bojando a vela sobre o mar sem alma,
Vai, *aza branca*, ao ritmo do vento.
Circunfletindo oscilla e corta a espalma
Imensidão que espelha o firmamento.

No ar rarefeito treme a leve palma...
Se a tempestade vier, o oceano é cruento...
E ella não sente quando a tarde é calma,
Insídias de borrasca um céu sedento.

Quisera ver minha alma - neste instante -
Como a vela boiar, e se sumindo
No horizonte, indo além, bem mais distante...

E indo a vagar meu pensamento com ella,
Livre das rondas das paixões (que lindo!).
*Como a alvura que aclara a branca vela.*⁵³

Os destaques nos textos acima: “fronte luminosa”, “offerece a sua alma branca, cheia de bondade e carinho”, “tem sido D. Bernardina o ponto luminoso donde se irradiam as luzes que iluminam fartamente aqui, ali, acolá”, e “Como a alvura que aclara a branca vela” reforçam a ideia de que o branco é algo bom, que traz paz e eleva o espírito.

52 A Violeta, n. 229, 1936, p. 6. Grifos nossos. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

53 A Violeta, n. 229, 1936, p. 9. Grifos nossos. Arquivo Pessoal de Yasmim Nadaf.

Essa talvez tenha sido e continue sendo uma das formas mais expressivas de dominação do branco sobre o negro, em que a pessoa que fala naturaliza as implicações do discurso que profere e é construído ao longo da vida como sendo comum, normal. Por outro lado, a pessoa que recebe a homenagem também, por vezes silenciada, acostuma-se, e passa a não associar tais palavras à ideia de dominação, conformando-se e aceitando, portanto, com a mesma naturalidade com que são expressas.

Na cultura brasileira, a fusão entre o simbolismo da cor e o preconceito racial torna-se evidente nas histórias populares, particularmente nas histórias infantis, que muitas vezes eram contadas pelos próprios negros. Por repetição e hábito, as histórias foram constituindo o imaginário dos adultos desde a infância. Histórias nas quais a negritude era associada ao mal que teria sido praticado pelos negros. É o que acontece, por exemplo, nas histórias do Saci-pererê, popularizado na obra de Monteiro Lobato; do Papa-figo, um ser urbano, negro, que se alimentava do fígado de crianças; do Canhambora, um escravo fugitivo que assaltava os viajantes, também conhecido como “espírito da floresta”, entre outras.

Negros e negras foram duramente atingidos pela sátira, que exprime o desprezo social por eles, em detrimento a sua condição social e colocando-os sempre em situação de inferioridade.

No Brasil, os estereótipos têm implicações mais amplas, pois apresentam incompatibilidade entre as culturas europeias e africanas que pretendem criar uma identidade nacional comum a ambas. Isso, no entanto, tem sido praticamente impossível, devido à forte influência racista que permeia as relações, unindo-se o ideal colonizador de levar “luz às trevas da ignorância e da selvageria”, ou seja, a população negra é associada à escuridão, ausência de luz e conhecimento.

Bernardina Rich teve uma vida militante tanto na docência como também em todas as atividades nas quais esteve à frente. Nasceu em 10 de março de 1872 e faleceu no dia 19 de julho de 1942. E na Revista *A Violeta* da qual foi cofundadora, editora e colaboradora durante décadas um registro de homenagem póstuma:

APAGOU-SE UMA VIDA

Acabei de ouvir, com estupefação, a dolorosa notícia do falecimento de Bernardina Rich. Foi a vós do Oeste que transmitiu a população cuiabana, ao povo mato-grossense, a infausta novidade. E creio que não houve um só filho destas plagas, um só habitante destes rincões que tivesse deplorado o desaparecimento de volha professora, de “sua mestra” a maior amiga da pobreza, a mais dedicada protetora dos desvalidos, dos sem conforto, dos infelizes. E nesse magnífico domingo de julho, um soberbo de mel, desse que sobressaem porque os anteriores foram de frio e de névoas, uma vida afeita a consolação das dores alheias se apagou deixando um rastro luminoso e benéfico, de inolvidáveis gratidões de profundas saudades. Bernardina Rich foi uma dessas paladinas da

filantropia, uma cultura intransigente do altruísmo, que ela praticava com sinceridade e devoção, não visando recompensa alguma se não aquela satisfação que sentia, quando obtinha um bom êxito em qualquer obra de caridade a que se dedicava. E esses trabalhosos misteres se sucediam, se multiplicavam, à medida que glórias cobriam inteiramente aquela cabeça cheia de pensamentos bons encerrando uma inteligência privilegiada e culta. Mestre Bernardina foi antes de tudo uma apta educadora, gerações e gerações de ambos os sexos foram plasmadas pelas mãos hábeis dessa pedagoga, que consumiu a flor da sua mocidade nesse contínuo e difícil labor de preparar os futuros cidadãos e as futuras matronas da nossa terra. E depois de aposentada, de retirada dos afazeres oficiais, contínuos a esforçada professora continuou a exercer as suas múltiplas atividades nos diversos setores da sua afanosa e árdua existência. Colaborou assídua e brilhantemente na nossa preciosa “A Violeta”, revista literária feminina de alto valor, órgão do Grêmio Júlia Lopes de tão influenciada projeção no Estado. Foi uma das fundadoras da Liga Feminina Pró-Lázaro, associação que prestou assinalados serviços a Mato Grosso. Tomou parte saliente na Campanha de solidariedade e, dirigida pela humanitária senhora das competentes das comissões de damas ilustres da nossa sociedade por ocasião das festas de natal, que anualmente promove, entre nós, a distribuição de presentes aos pobres e brinquedos às crianças menos favorecidas da fortuna. E assim se apagou uma vida preciosa e útil, uma existência consagrada à prática do bem, ao amor ao próximo, a renúncia aos seus próprios interesses pessoais. Uma vida assim constituiu muito um valioso paradigma. (Ulisses Cuiabano).⁵⁴

Os principais jornais da cidade noticiaram o seu falecimento e mesmo após sua morte havia, em ocasião de seu aniversário, mensagens à saudosa professora. Consta ainda que Bernardina, à sua época, fora a única mulher membro da Associação de Imprensa⁵⁵.

Bernardina Rich vivenciou os processos de emancipação feminina do crescimento quantitativo das mulheres no mercado de trabalho remunerado, e da luta pelo voto e escolarização das mulheres. Presenciou um momento histórico para a educação, qual seja o processo da divisão sexual do trabalho docente e lutou para que a cada dia as mulheres, negras ou brancas, alcançassem autonomia e respeito diante da sociedade brasileira. Ela não se acomodou nem se vitimou pela ação aniquiladora do racismo. Através da educação, do magistério e dos engajamentos sociais encontrou possibilidades de avançar rumo à equidade social.

Décadas depois do seu falecimento foi homenageada tendo o seu nome em uma Escola Estadual de Cuiabá, conforme o Diário Oficial nº. 18.944 de 25 de novembro de 1983⁵⁶. Infelizmente, no ano de 2011, foi decretada a extinção da referida Escola

54 A Violeta, n. 288, 1942, p.10. Arquivo Público de Mato Grosso.

55 MENDONÇA, Rubens. História do Jornalismo em Mato Grosso. 2. ed. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1963. p. 119.

56 Ainda que seu sobrenome na referida escola tenha sido registrado como “Ricci”.

conforme dispõe o artigo 1º. do Decreto nº. 556 de 28 de julho de 2011: “Fica extinta a Escola Estadual ‘Professora Bernardina Ricci’, localizada no município de Cuiabá-MT” (Diário Oficial, nº. 25610) – suprimida assim, também, uma memória.

Indicada e inscrita por Nailza da Costa Barbosa Gomes, no ano de 2016 recebeu o 1º Prêmio Estadual “Ruth Marques Corrêa da Costa”, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, na categoria personalidade *in memoriam*. O prêmio inspirou uma promessa de uma nova escola com o nome de Bernardina Rich – esperamos que em breve.

Considerações finais

Constatou-se neste estudo, que o racismo esteve fortemente implícito nas práticas sociais, agindo silenciosamente e legalmente. Mas, ao observar as ações dos sujeitos com maior atenção, sua face é divulgada pela forma que se deu todo o processo seletivo, no pedido de sua transferência para o interior do estado, sua cor declarada no recenseamento, e ainda, a sua forma mais velada e, por conseguinte mais eficaz: as homenagens.

A História precisa discutir relações raciais, de gênero e de classe, e dar visibilidade à luta das mulheres negras. A escola, como espaço de ensino, apresenta-se, em muitos casos, como um lugar no qual a discriminação racial se manifesta, sendo, por outro lado, um espaço privilegiado de ações, já que visa não só discutir as relações raciais, como também efetivar uma educação que promova a igualdade na diferença.

É fundamental também dizer da importância da efetivação de políticas públicas em favor das cotas – uma maneira de remissão dos erros cometidos no passado, como este que discriminou Bernardina no processo de concurso docente, em 1888.

Recebido em 03 de setembro de 2017.

Aprovado em 18 de dezembro de 2017.